

PORTA ABERTA

Motrivivência Ano XVIII, Nº 26, P. 155-167 Jun./2006

POLÍTICA DE LAZER E O ESPAÇO URBANO: a experiência da revitalização do Cais da Aurora em Recife-PE.

Janaína de Aguiar Loureiro¹
Vânia Rocha F. de Paiva Souza²

Resumo

O objetivo deste trabalho é compreender a perspectiva de política de lazer desenvolvida pela Prefeitura do Recife (na gestão 2001-2004), a partir do olhar para o espaço urbano, tendo como referência a experiência da revitalização do Cais da Aurora, um espaço público de lazer da cidade. Levou-se em consideração, além da abordagem contemporânea sobre o lazer e a recente história do desenvolvimento das políticas sociais, o processo de participação popular que desencadeou a realização da obra. A análise deste processo envolveu diversas

Abstract

The aim of this study was discussing the leisure policy concerning the public spaces, specifically the "Cais da Aurora" (wharf), which was carried out by the government of the city of Recife (from 2001 to 2004). Besides the contemporary theories about leisure and the recent development of social policies it was taken into account the popular participation which gave cause to the restoration of this leisure public space. It was

¹ Graduada pela Escola Superior de Educação Física da Universidade de Pernambuco (ESEF/UPE) e Bacharel em Turismo pelo Núcleo de Hotelaria e Turismo da Universidade Federal de Pernambuco (NHT/UFPE).

² Doutora em Sociologia e Professora Adjunta da ESEF/UPE

questões relativas aos elementos do lazer, questões para o despertar da cidadania e outros fatores que são encontrados no contato direto entre as esferas da realidade social. Constatou-se que, apesar do esporte e lazer não constituírem uma prioridade, existe um direcionamento da política local neste setor que proporciona a superação do modelo autoritário e excludente, com vistas à democratização das manifestações da cultura corporal.

Palavras-Chave: Lazer, Políticas Públicas, espaço urbano.

realized that, although sport and leisure did not appear as priorities in this project, there was a worry concerning these aspects as a way to overcome the excluding and authoritarian model, and so to reach the democratization of the body culture in its most different ways.

Keywords: Leisure, public policies, urban space

Introdução

A temática do lazer é fruto da sociedade contemporânea, pois teve sua origem a partir da Revolução Industrial e do Capitalismo, quando surgiu a nítida separação entre o “tempo de trabalho” e o “tempo de descanso” ou “não trabalho”, que mais tarde foi chamado de “tempo livre” (BRUHNS, 2002).

Percebe-se que, historicamente, o tema lazer foi construído a partir de interesses políticos das classes dominantes, fundamentado, inclusive, nos modos de produção de trabalho. Daí a importância do entendimento e interpretação dos verdadeiros objetivos das Políticas Públicas para o lazer na sociedade atual, principalmente num governo tido como “de esquerda”, que historicamente, mais se aproximou da perspectiva democrática de atuação.

Assim, surge a proposta deste trabalho, que tem por objetivo analisar criticamente o processo de revitalização do Cais da Aurora, enquanto um espaço de lazer e esporte concebido e construído a partir de uma intervenção da primeira gestão petista da prefeitura do Recife (2001-2004). Intervenção esta que não só reflete que tipo de condução está sendo dada às políticas sociais, bem como traduz o sentido e o significado da concepção de lazer trabalhada pela gestão municipal.

Fizeram ainda parte deste estudo: uma análise das questões contemporâneas do lazer, enfatizando os três pilares (tempo, atitude e espaço); um breve levantamento sobre o desenvolvimento das políticas públicas, com foco na política de lazer e esporte da cidade do Recife; além da discussão sobre a relação entre sociedade e espaço urbano.

Lazer, uma conquista histórica

Para darmos início à discussão sobre lazer, nos deteremos, especificamente, em três questões inerentes à sociedade contemporânea: a disputa dicotômica entre tempo de trabalho e tempo de lazer; a atitude e a influência dos meios de comunicação e a preocupação com o espaço de lazer.

Das últimas décadas do século XIX até os dias atuais, a sociedade vem sofrendo mudanças sociais, econômicas e políticas de caráter estrutural, resultando em transformações significativas na dinâmica mundial e no mundo do trabalho. O avanço tecnológico, introduzido na cadeia produtiva, apresenta-se com um dos principais fatores desta mudança (BRUHNS, 2001).

Hoje, o que vemos é uma franca disputa pela redução da jornada de trabalho, entre as forças produtivas e os detentores do modo de produção. Daí se destacam dois eixos centrais na discussão, tempo de trabalho e tempo livre.

Em seu estudo sobre a jornada de trabalho, Marx defende a necessidade de ampliação do tempo livre do trabalhador. Considera o trabalho humano como sagrado e intangível e, em torno desta ideologia, aponta que o capitalista avalia como furto o tempo que o trabalhador destina às refeições e ao lazer.

Entre direitos iguais e opostos, decide a força. Assim, a regulamentação da jornada de trabalho se apresenta, na história da produção capitalista, como luta pela limitação da jornada de trabalho, um embate que se trava entre a classe trabalhista e a classe trabalhadora (MARX, 1996, p.265).

As características da sociedade global pós-industrial apontam para o estresse, a fadiga e o desgaste emocional, oriundos da jornada de trabalho, muitas vezes duplicada, numa tentativa de melhoria da qualidade de vida, justificada através do incremento da renda.

No contra-ponto desta tendência, o sociólogo francês Domenico De Masi (2000) acredita que no futuro próximo as novas formas de organização do trabalho, com o fim do emprego, irão privilegiar a criatividade e o tempo livre. Para De Masi, quanto maior for o tempo livre à disposição do homem, maior será sua possibilidade de desenvolver a criatividade.

Na lógica capitalista, cada vez mais surge um amplo leque de opções para ocupar o tempo que não fora antes utilizado sistematicamente. Atividades como acampamentos, colônias de férias, clubes da terceira idade, entre outras, são alguns exemplos que caracterizam o lazer nos dias atuais, como um bem de consumo e um valor de troca.

A este respeito, Waichman (1997, p. 19) questiona: "São elas o resultado de reais necessidades sociais e/ou individuais? [...] São produtos de uma sociedade que precisa do aumento do consumo para manter seu equilíbrio? São novas formas de controle social?"

Destacamos aqui, a relação dos fatores condicionantes para o "consumo" ou acesso ao lazer. Segundo Maslow (apud Vaz, 1999), existe uma escala de condicionantes econômicos e psicológicos na sociedade contemporânea, que precede o "consumo" do lazer, que ele subdividiu de acordo com as necessidades.

De acordo com este contexto, só após serem supridas aquelas necessidades relacionadas às questões fisiológicas e de segurança (sono, alimentação, abrigo), de relacionamento interpessoal e social, viria o lazer, cuja colocação estaria no topo da escala de necessidades, sendo caracterizado como um item, de certa forma, privilegiado e bastante almejado.

Nesta perspectiva, Waichman (1997) defende a seguinte tendência: mais do que uma civilização do ócio, estamos caminhando para uma civilização do consumo, na qual a disponibilidade de tempo transformar-se-ia em necessidade de consumir.

No que diz respeito ao pilar atitude, autores contemporâneos como Riesmo, Friedmann e Mannheim

(apud Waichman, 1997) consideram a influência dos meios de comunicação, a alienação do consumo e a manipulação de grupos de poder como fatores determinantes do lazer na sociedade atual. Outros autores, assim como Marcellino (1996), percebem uma tendência para o mercolazer. Isto é, a mercadorização do lazer como um bem de consumo.

Em contrapartida, Gehres (1998) questiona o papel e a influência da mídia na formação de identidades culturais. A autora impugna o que os frankfurtianos chamaram de "homem unidimensional", ou seja, aquele homem prisioneiro dos produtos gerados pela indústria cultural, amplamente divulgados pela mídia. Gehres considera que apesar de toda influência da mídia, no processo de comunicação existem filtros de interpretação, o que restringe esse poder dos meios de comunicação de massa na formação de atitudes.

Por fim, para além do tempo e da atitude, existe outro pilar que sustenta a discussão sobre lazer: o espaço físico. Esta ainda é uma preocupação bastante recente no campo das políticas públicas de esporte e lazer e, portanto, ainda mal-compreendida, o que gera muitas vezes a construção de espaços ociosos e inadequados às aspirações de uso da população.

Sabemos que o lazer acontece em um tempo e um espaço defi-

nido. Por isso, garantir acesso da população a práticas corporais e esportivas, bem como aos demais interesses sócio-culturais do lazer, significa garantir também acesso aos espaços e equipamentos, viabilizando sua utilização democrática e polivalente. Tal polivalência implica em construir espaços que dêem conta das possibilidades do universo cultural e lúdico e, também, de espaços que privilegiem as atividades corporais inseridas no cotidiano das pessoas.

Uma breve análise das Políticas Públicas em Esporte e Lazer

Adotaremos aqui uma definição provisória de políticas públicas da Dra. Maria Paula Dallari Bucci, que resume o conceito de políticas públicas da seguinte forma:

[...] programas de ação governamental voltados à concretização de direitos [neste caso, os direitos de acesso ao esporte e lazer]. Considerando-se a abrangência dos direitos fundamentais, que em sucessivos pactos internacionais, depois ratificados e internados nas ordens jurídicas nacionais, vêm sendo ampliados, a ponto de abranger hoje o direito síntese do desenvolvimento, deixo de separar dicotomicamente as políticas públicas das políticas sociais (BUCCI, 2004).

De Franco (2003), em seu estudo sobre políticas sociais, identifica a existência de três esferas da realidade social, distintas entre si, e parcialmente autônomas: o Mercado, a Sociedade Civil e o Estado. Para o autor, é preciso envolver estes três ingredientes da ordem institucional de forma equilibrada para promover uma "sintonia fina" no desenvolvimento de políticas sociais exitosas.

De acordo com De Franco (2003), pode-se distinguir ainda três gerações de políticas sociais. A primeira delas destaca-se pelas políticas de intervenção centralizada do Estado, caracterizada pela concessão de benefícios e suficiência do Estado. Além disso, seus serviços não são encarados como direitos e a gestão governamental não é pública, tampouco transparente. Esta fase teve início na década de 70, quando no Brasil, estávamos em plena Ditadura Militar, repleta de intervenções paternalistas e assistencialistas dos setores oligárquicos conservadores.

Especificamente no setor de esporte e lazer podemos exemplificar esta cultura das políticas sociais da primeira geração através do Programa Esporte para Todos, lançado em 1977, pelo MEC/Secretaria de Educação Física e Desportos. Tratava-se de atividades de massa que mobilizavam centenas de pessoas para a prática de atividades físicas, as quais eram atividades efetivas e

de direito das pessoas mais pobres (MENEZES, 2002).

Desta forma, enfatizamos as características focal, ingênua e assistencialista dessa política, que concebe uma igualdade irreal às pessoas, o que contribui para um lazer alienante e descontextualizado da cultura e do cotidiano popular.

Na segunda geração predominaram as políticas universais baseadas na oferta governamental descentralizada. Esta concepção de políticas sociais foi experimentada no Brasil nos anos 80 e sua essência estava e continua expressa na constituição de 1988. Para as políticas da segunda geração, o Estado não é mais suficiente, entretanto, este assume ainda papel protagônico. Procurou-se mitigar a influência de políticas assistencialistas e clientelistas, bem como se preocupou com a eficiência e eficácia dos programas e ações do governo, com o monitoramento e avaliação dos mesmos e com sua fiscalização por parte da sociedade civil. Um jargão muito utilizado na época que resumiu as políticas da segunda geração era "direito do cidadão, dever do Estado".

Enfim, a terceira geração de políticas sociais, ainda em fase de amadurecimento, aponta para uma nova relação entre governo e sociedade, voltada para o investimento no desenvolvimento social. Elas são multi e intersetoriais, de investimen-

to em potencialidades pré-existentes em setores, localidades e em ativos. Isto é, em capital humano, para que esses possam afirmar uma nova identidade em busca do seu próprio caminho para solução de problemas e satisfação de necessidades (DE FRANCO, 2003. p. 15).

Focalizando ainda mais esta discussão de políticas sociais para o setor de esporte e lazer, Menezes (2002) apresenta uma reflexão sobre tais políticas desenvolvidas no Brasil. O autor identifica que todas as políticas sociais, historicamente, estiveram subordinadas às políticas econômicas, sendo a de esporte e lazer utilizada de forma frequente como instrumento de alienação. Afirma que as concepções políticas do desporto e do lazer estiveram sempre ligadas à eugenia e a conquista pela força. Concepções estas oriundas da relação histórica da educação física, do esporte e lazer com a história militar do país, que por muitas vezes até se confundem.

No que diz respeito à formulação de políticas públicas em esporte e lazer, Marcellino (1996) comenta que existem algumas questões a serem tratadas. Uma delas está ligada basicamente à visão dos gestores públicos sobre lazer, que muitas vezes se caracteriza como limitada e parcial, reduzindo o lazer apenas a atividades individuais, não abrangendo as diversas possibilidades de sua manifestação.

Hoje, o lazer é tido como um direito social em diversos documentos de políticas públicas. Entretanto, um problema a ser enfrentado é a sua concepção instrumental, justificada em muitos casos a partir de critérios de utilidade, a reboque de outras políticas sociais, como a saúde, a educação e até, a segurança.

O esporte deve ser rico de valores, um fator de educação e cultura, além de uma expressão subordinada a uma filosofia de valorização do homem (LIMA, 1998, apud MENEZES, 2002). No entanto, verifica que mesmo na década de 90, o entendimento de políticas públicas de esporte é bastante pueril e instrumentalizador. Isto é, acredita-se, ou tenta-se fazer acreditar, que o esporte possa ser capaz de resolver os problemas gerados pela secular política de exclusão social.

A idéia central das políticas públicas de esporte e lazer é levar a população a produzir cultura e não a consumi-la e muito menos, comprá-la, a fim de estabelecer um novo direcionamento do projeto de sociedade em questão.

Por fim, ressaltamos uma questão que, assim como o tempo, é pressuposto do lazer: o espaço público urbano e que, portanto, também deve subsidiar a política nesta área.

Segundo Santos (2001), no mundo globalizado e capitalista,

o território é espaço de disputa geográfica. Sua posse significa dominação sobre o outro e implica beneficiar os valores da racionalidade dominante. Portanto, planejar um novo espaço/equipamento público é reproduzir a ideologia dominante ou confrontar e reconstruir valores mais justos e universais. O território não é um espaço neutro e nem passivo, ele pressupõe um entendimento, uma contextualização temporal e reflete a mentalidade dos que o concebem.

De acordo com Menezes (2002), o perfil contemporâneo das políticas públicas de esporte/lazer durante o governo FHC/Maciel continuaram subordinadas aos interesses hegemônicos de perfil neoliberal e mercantilista, permanecendo os espaços públicos periféricos ainda abandonados pelo poder público, o que não aconteceu nas áreas nobres.

Política Pública de Esporte e Lazer em Recife

Faremos aqui um recorte das Políticas Públicas de Esporte e Lazer para abordar o programa chave desenvolvido pela primeira gestão petista na Prefeitura da cidade do Recife desde o ano de 2001, os Círculos Populares de Esporte e Lazer (CPEL).

O objetivo do programa Círculos Populares, em consonância com as diretrizes do governo, as

quais prevêem um a gestão radicalmente democrática, fundamentada na participação popular, inversão de prioridades e elevação da consciência política, é garantir o acesso de toda população do Recife, especialmente dos segmentos historicamente alijados desses direitos. Desta forma, o órgão que estava à frente desta política até 2004 era a Diretoria Geral de Esportes, da Secretaria de Turismo e Esportes do município.

A Política Municipal de Esporte e Lazer, que tem nos Círculos Populares sua expressão maior, apresenta como valores fundamentais:

- Esporte como Fator de Desenvolvimento Humano – Como fator de desenvolvimento humano, o esporte permite a reflexão crítica sobre suas diversas determinações e união entre o ato criador e o movimento humano, quando vivenciado numa coletividade democrática;
- Lazer como Instrumento Pedagógico de Elevação Cultural e Consciência Política – o lazer possibilita a reflexão crítica da realidade e desenvolve o exercício auto-determinado do tempo liberado, tornando-o livre;
- Esporte e Lazer como forma de Inclusão Social –

Esporte e lazer enquanto direitos sociais são fatores de emancipação humana e exercício da cidadania, quando desenvolve formas humanizadas de socialização.

Tais princípios já nos apontam para uma nova construção de significado e parâmetros de compreensão das atividades de esporte e lazer, no sentido de alterar a realidade atual do papel das políticas públicas para o setor, superando o entendimento do lazer como entretenimento banalizado e limitado, além de extrapolar a perspectiva clientelista e elitista.

O programa CPEL apresenta ainda diferentes linhas de ação, configurada em seus projetos. Dentre eles, destacamos aquele relacionado à intervenção no espaço urbano.

- Rede Física Municipal de Esporte e Lazer - Coordena o gerenciamento e a democratização de espaços públicos de lazer e esporte da cidade, assessora os órgãos responsáveis pela revitalização e construção de equipamentos esportivos, além de construir, em conjunto com outros setores da gestão e comunidade, modelos de gestão participativa dos espaços democratizados.

Revitalização do Cais da Aurora

A partir da implantação da primeira gestão petista da cidade, no período de 2001 a 2004, percebe-se uma preocupação com o incentivo à participação da sociedade civil nos assuntos relacionados às políticas públicas, com a criação da Secretaria do Orçamento Participativo. Através do orçamento Participativo, a população elege as prioridades de investimentos em obras e serviços a serem realizadas a cada ano, com os recursos do orçamento da Prefeitura.

As Plenárias Regionais e as Temáticas são exemplos destes canais de participação, nos quais são eleitos os três temas prioritários (entre educação, pavimentação, cultura, trabalho e renda, saúde, etc.) e é definido o número de delegados que irão representar a sociedade em outros espaços, frente ao poder público. Além disso, são eleitas as ações temáticas, os programas, os delegados e os conselheiros do Orçamento Participativo, respectivamente.

No caso da Rua da Aurora, foi vivenciada essa experiência da relação de poder entre o poder público e participação popular em vários níveis e etapas, pois foram nesses espaços de interlocução popular que, em 2002, na Plenária Regional foi encaminhada em terceiro lugar a priorização da temática es-

porte e lazer para aquela microrregião, cuja abrangência envolve os bairros de Santo Amaro e Recife, onde está localizada a Rua da Aurora.

No mesmo ano, também foi eleita no tema requalificação de espaços urbanos da Plenária Temática de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, a revitalização do Cais da Aurora; e na Plenária da Juventude, no tema esporte e lazer, foram eleitos os programas Círculos Populares de Esporte e Lazer e Esporte do Mangue.

Assim, esta foi a primeira etapa da mudança na relação entre sociedade e poder público, quando se deu o direcionamento participativo na tomada de decisões quanto aos investimentos públicos, através da implantação do Orçamento Participativo na cidade. Durante todo o ano seguinte (2003), foram desenvolvidas atividades de esporte e lazer pelos Círculos Populares (política pública) como os festivais temáticos: junino, da criança e natalino; além do Aurora do Lazer, o encerramento da Colônia de Férias dos Círculos Populares e os encontros do Esporte do Mangue.

Em um domingo, 18 janeiro de 2004, o prefeito assinou a ordem de serviço para revitalização do cais e esta ação foi comemorada com o primeiro Aurora do Lazer do ano. A partir de então, deu-se início a uma nova fase de discussão, através de reuniões e encontros entre os atores envolvidos, para discutir espec-

tos do projeto, como os equipamentos a serem construídos, sua respectiva distribuição e a forma de gerenciamento deste novo espaço de lazer.

Esta etapa envolveu os moradores da Aurora; por parte da prefeitura, representantes da Empresa de Urbanização do Recife (URB) e da Diretoria Geral de Esportes (DGE); além do terceiro setor, na pessoa do engenheiro responsável pela obra, cuja empresa venceu a licitação. Houve cerca de quatro reuniões, entre final de janeiro até abril, para se discutir o projeto de revitalização do cais em si, e em julho, mais duas para debate sobre o gerenciamento.

Todo este processo de debate entre as esferas da realidade social (Mercado, empreiteira; a Sociedade Civil, moradores do entorno; e o Estado) encontrou diversos obstáculos e gerou vários conflitos. Como por exemplo, os arquitetos com seus conceitos estéticos e estáticos, bem distantes da atualidade das práticas esportivas e culturais, passando por grupos de moradores da área procurando atender seus próprios e imediatos interesses, numa tentativa de se apropriar do equipamento público, fazendo daquele espaço a extensão do seu lar, caracterizando-o como um local privado.

Como já nos referimos, Santos (2001) situa bem essa alteração de interesses ao afirmar que no mundo globalizado e capitalista, o território

é espaço de disputa geográfica, sua posse significa dominação sobre o outro, implica beneficiar os valores da racionalidade dominante.

Deu-se início então à segunda etapa, que foi consolidada com a elaboração e construção dos equipamentos, cujo planejamento e debate de forma coletiva, envolvendo o poder público, a construtora responsável pela obra e a comunidade, contribuiu decisivamente para a escolha e locação democrática dos equipamentos.

Desta forma, foi aprovado um conjunto de equipamentos que, além de agregar valor paisagístico e urbanístico, propiciou uma grande variedade de utilização, atendendo ao princípio da multifuncionalidade (polivalência dos equipamentos) apresentada no Projeto da Rede Física de Esporte e Lazer dos Círculos Populares. No espaço foram construídos uma quadra poliesportiva, pista de caminhada e ciclismo, equipamento de ginástica, quiosque, parque infantil, áreas livres para contemplação e a primeira arena de esportes radicais do Recife, que atende aos skatistas e patinadores.

Em 12 de junho de 2004, foi inaugurada a primeira etapa da revitalização do Cais da Aurora, que compreende o complexo esportivo e de lazer com os equipamentos acima citados. Quinze dias mais tarde, a prefeitura passa a proporcionar

uma programação sistemática neste local. Instala-se um núcleo do Círculo de Convivência dos CPEL.

Dentro da perspectiva de incentivo à participação popular, logo após o término da obra, deu-se início à terceira etapa do diálogo entre a prefeitura e a sociedade. Agora para tratar sobre a organização democrática de utilização dos equipamentos e do espaço em si. A programação de utilização dos equipamentos foi elaborada de forma participativa, através de reuniões coordenadas pelos Círculos Populares de Esporte e lazer para identificar as demandas, atendendo aos anseios dos segmentos e atores envolvidos.

Recentemente, o prefeito, reeleito em 2005, entregou à população, a segunda etapa da revitalização do Cais da Aurora, na qual destacamos o teatro de arena que pode atender a manifestações culturais como a poesia, teatro, circo, danças, música e brincadeiras.

Eleita pela população nas plenárias do OP, a obra é emblemática e simboliza o processo de planejamento participativo implantado pela atual gestão municipal.

Considerações Finais

Com o entendimento do esporte e lazer como um direito social em si e que, por isto, precisa ser

garantido, a gestão municipal (2001-2004) da cidade do Recife elaborou programas e projetos específicos de políticas públicas para o setor, a fim de assegurar o acesso ao esporte e lazer como um bem cultural de todos, tendo no programa Círculos Populares de Esporte e Lazer sua maior expressão. Neste contexto, a Política Municipal de Esporte e Lazer do Recife; baseada nos princípios da gestão, a radicalização da democracia, participação popular e inversão de prioridades; aproxima-se das políticas da terceira geração que apontam para uma nova relação entre governo e sociedade, voltada para o investimento no desenvolvimento social.

Um dos avanços que podemos citar deste Programa (Círculos Populares) é a quebra do modelo autoritário e excludente, que direciona as ações para a seleção de talentos e heróis esportivos, pois o Programa tem na democratização da cultura corporal, esportiva e de lazer o seu objetivo maior, sendo fundamental os princípios da inclusão e da formação.

Outros aspectos positivos dos CPEL a serem ressaltados são o resgate da memória popular de jogos, brincadeiras, cantigas e criação de novas modalidades esportivas; o acesso e re-significação do esporte oficial, segundo os interesses lúdicos e de sociabilização da população; a integração e envolvimento de todos os segmentos da população na vida

política da cidade, particularmente nos fóruns do Orçamento Participativo.

No que diz respeito aos espaços e equipamentos de esporte e lazer, foi desenvolvido o Projeto Rede Física Municipal, o qual prevê a recuperação, construção e gestão de vários equipamentos na cidade, priorizando os espaços da periferia, com potenciais de multifuncionalidade e democráticos quanto ao uso e acesso, respectivamente.

Além disso, com o despertar da população para o reconhecimento do esporte e lazer como direito social e cultural, a cidade poderá tornar-se um celeiro das expressões alternativas da cultura corporal e esportiva, utilizando do lazer enquanto um valor de uso.

Referências

- A pobreza urbana, um desafio mundial. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DO RECIFE SOBRE POBREZA URBANA, 1996, Recife-Brasil. Disponível em: <<http://www.unchs.org/unchs/english/suphome/recdecpo.htm>>. Acesso em: 31 de mar. 2004.
- ANTUNES, Ricardo. Tempo de Trabalho e Tempo Livre: algumas teses para discussão. In: Representações do Lúdico: II Ciclo de Debates "Lazer e Motricidade", Campinas: SP, 2001. (p. 21 à 25)
- BUCCI, Maria Paula Dallari. Buscando um Conceito de Políticas Públicas para a Concretização dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/PoliticaPubica/MariaDallari.htm>>. Acesso em: 31 de mar. 2004.
- BRUHNS, H.T. (org). Lazer e Ciências Sociais: diálogos pertinentes. São Paulo: Chronos, 2002.
- CARLOS, Ana Fani Alessandrini. A (re) produção do espaço urbano. São Paulo: EdUSP, 1994.
- CARRANO, Paulo César. Juventudes e Cidades Educadoras. Petrópolis: Vozes, 2003
- DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DE FRANCO, Augusto. Três gerações de políticas sociais. Revista Política Democrática. Nº 5 - nov.2002/maio.2003; p. 78-88. Fundação Astrojildo Pereira: Brasília, 2003.
- DUMAZEDIER, J. Valores e Conteúdos Culturais do Lazer. São Paulo: SESC, 1980.
- GEHRES, Adriana. "O que é que eu faço quando meus alunos e alunas só querem dançar como a Xuxa ou a Carla Perez? Ou das posturas pedagógicas e da construção da identidade da criança e do adolescente diante das danças das mídias." Revista Corporis. Escola Superior de Educação Física da Universidade de Pernambuco. Ano III, n. 03 Jan / Dez 98. Disponível em: <<http://>

[/www.upe.br/corporis3/artigo7.html](http://www.upe.br/corporis3/artigo7.html)>. Acesso em: 20 mai. 2005.

LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.). Políticas Públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras. Campinas, SP: Autores Associados, 1996. – (Coleção educação física e esportes)

MARX, Karl. Manuscritos econômicos-filosóficos.. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1964.

MENEZES, Vilde Gomes de. Políticas públicas para esporte/lazer: um estudo das políticas públicas voltadas para esporte/lazer no âmbito do governo federal 1994-2000 e do Projeto Santo Amaro, como uma das expressões dessas políticas. Recife: Bagaço, 2002.

TUBINO, M.J.G. Diretrizes Políticas e Prioridades do Governo Brasileiro para Esporte e Lazer. In: CONGRESSO CENTRO-OESTE DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER, I; 1999, Brasília. Anais... DF, Brasília: 1999. p. 14 a 16.

WAICHMAN, Pablo. Tempo Livre e Recreação. Campinas: Papyrus, 1997.

Contatos:

E-mail:

janaina.loureiro@uol.com.br / Tel:

(0xx81) 3268-9219 / Cel.: (0xx81)

9192-4253